

# CONJUNTURA – SAÚDE SUPLEMENTAR

## IESS – INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR

12ª EDIÇÃO  
NOVEMBRO DE 2010

### Editorial

Há uma grande preocupação mundial quanto ao equilíbrio das taxas de câmbio. É pauta das próximas reuniões do G.20 estabelecer uma política para buscar um equilíbrio sustentável da taxa de câmbio de países tanto em situação de déficit quanto superávit muito elevado em transações correntes.

Em diversos países o desequilíbrio tem origem orçamentária. O déficit fiscal gera aumento da dívida, financiada pela emissão de títulos por países deficitários que são comprados por países superavitários. Os primeiros acumulam reservas, os outros, dívidas.

Isso aconteceu na Zona do Euro entre Alemanha e Grécia e acontece com Estados Unidos e China.

Em 2009 a economia mundial teve desempenho positivo frente às perspectivas, resultado de forte intervenção por parte dos governos. Para 2010, o crescimento no mundo desenvolvido segue em ritmo lento contido devido à fraca recuperação dos EUA e da zona do euro. As economias emergentes deverão continuar à frente do crescimento da economia mundial. Para 2011, o FMI projeta baixo crescimento mundial, de 4,2% abaixo do projetado para 2010, de 4,8%.

No Brasil, o crescimento econômico recente, as boas perspectivas de sua continuidade no futuro, e a relação risco-retorno dos ativos ba-

seados em real foram responsáveis pela manutenção da entrada de capitais estrangeiros no país. Mas preocupa a taxa de câmbio, com o Real valorizado o que pode afetar o desempenho da Balança Comercial. O problema aqui também é fiscal. Com a política fiscal expansionista e a redução do superávit primário, o Banco Central tem pouco espaço para conter a valorização do real pela política monetária diminuindo a taxa de juros, sem que isso crie um aumento de demanda e acabe gerando inflação.

Em 2011, inicia-se o mandato de um novo presidente para o Brasil. O grande desafio, para não ser necessário frear o crescimento, será o ajuste fiscal. Dentre as tarefas esperadas está a redução da relação entre dívida pública e PIB, a diminuição da carga tributária, o aumento do nível de investimento e a reforma previdenciária. Em todas essas matérias o Brasil ficou aquém da média dos países emergentes com grau de investimento. Esses serão os principais entraves à sustentabilidade do crescimento brasileiro no futuro.

No passado recente, o desempenho econômico do Brasil foi muito bom. O País viu o número de empregos formais crescer, como consequência do próprio crescimento econômico. O Banco Central teve sucesso em manter o controle inflacionário. A expansão do crédito possibilitou o aumento do consumo. O desafio agora é

enfrentar o crescente déficit em conta corrente, para viabilizar taxas de crescimento mais robustas. As perspectivas do mercado imediatamente antes do resultado da eleição presidencial indica crescimento do PIB modesto para 2011, de 4,5%.

O crescimento da saúde suplementar depende do crescimento econômico, do emprego formal, das rendas e das mensalidades médias dos planos.

Pela primeira vez a ANS apresenta sua agenda regulatória. Isso ajuda a alinhar as expectativas setoriais e a aumentar a transparência do processo. O principal compromisso assumido é para com a atualização das regras e consolidação dos normativos.

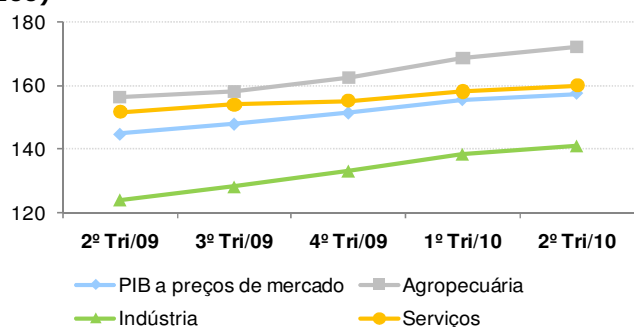
Os trabalhos estão sendo desenvolvidos em câmaras técnicas com a participação de representantes do setor para elaboração da proposta e posterior abertura de consultas públicas sobre a adequação do normativo.

O setor também aguarda a nomeação de dois diretores para a Agência Nacional de Saúde Suplementar após o encerramento de dois mandatos em outubro.

**José Cechin**

*Superintendente Executivo*

**Gráfico 1 – Índice trimestral por setor de atividade com ajuste sazonal 2009 - 2010 (Base: média 1995 = 100)**



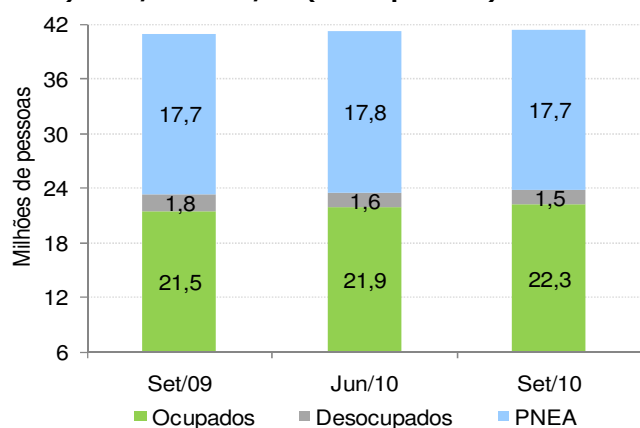
Fonte: Contas Nacionais - IBGE

**Tabela 1 - Expectativas de mercado para 2010**

Indicador	Expectativa
IPCA (%)	5,29
IGP-M (%)	10,00
Meta Taxa Selic (%)	10,75
Câmbio (R\$/US\$)	1,70
PIB (%)	7,60

Fonte: Boletim Focus divulgado dia 29/Out/2010

**Gráfico 2 - PME: Distribuição da população (PEA e PNEA) - Set/09 a Set/10 (Nº de pessoas)**



Fonte: PME - IBGE

**Tabela 2 - PME: Distribuição da PEA segundo posição na ocupação - Set/09 e Set/10**

População Ocupada	Posição Set/09		Posição Set/10	
	PEA (%)	Em mil pessoas	PEA (%)	Em mil pessoas
Com carteira	48,8	10.506	51,1	11.380
Conta própria	18,8	4.038	18,1	4.034
Sem carteira	19,2	4.141	18,0	4.013
Empregadores	4,6	992	4,5	1.012
Não remunerados	0,7	149	0,5	110
Setor público	7,8	1.687	7,8	1.731

Fonte: PME - IBGE

## 1. Cenário macroeconômico

### 1.1 Produto Interno Bruto (PIB)

No 2º trimestre de 2010, o PIB brasileiro foi de R\$ 900,7 bilhões e registrou expansão de 1,2% em relação ao 1º trimestre do ano (série com ajuste sazonal), diminuindo o ritmo de crescimento observado nos primeiros três meses do ano (2,7%).

O principal destaque do trimestre foi a agropecuária, com elevação de 2,1%, favorecida pelo aumento da produtividade de produtos da lavoura que têm safra relevante no trimestre, como soja, café, milho e algodão. Em seguida, a indústria vem a indústria com alta de 1,9% e o setor de serviços, que possui maior representatividade na economia, com aumento de 1,2%.

No primeiro semestre do ano, o PIB brasileiro acumulou expansão de 8,9%, sustentado, principalmente, pelo dinamismo da demanda interna. A indústria seguiu liderando o processo de crescimento econômico do país, ao elevar-se em 14,2%, em razão da grande queda do final de 2008. A agropecuária registrou alta de 8,6% e os serviços, 5,7%.

Após o desempenho do PIB no primeiro semestre de 2010, espera-se crescimento de 7,6% para a economia brasileira neste ano.

### 1.2 Emprego - PME

A taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país atingiu o menor nível em setembro de 2010 desde que a série foi iniciada em 2002, ao recuar 0,8 ponto percentual na comparação com junho (7,0%) e fechar o período em 6,2%. Em relação a setembro de 2009 (7,7%), observou-se uma queda de 1,5 ponto percentual.

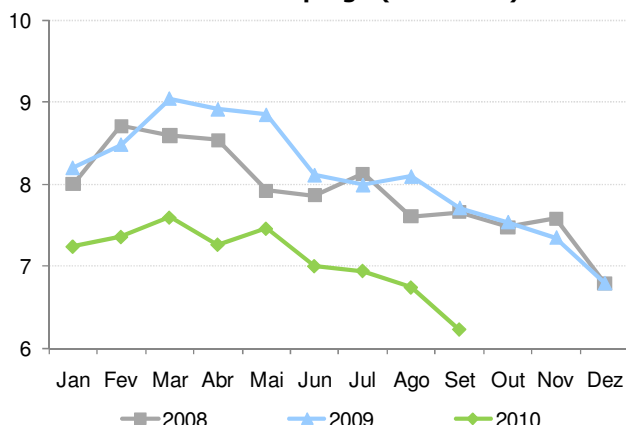
Os dados mostram crescimento da população economicamente ativa, diminuição do número de desocupados e manutenção do número de pessoas não economicamente ativas. A parcela ocupada da PEA de 21,5 milhões de pessoas, atingiu 22,3 milhões e a desocupada diminuiu 1,5 milhão (300 mil a menos do que um ano antes). Em 12 meses, houve redução de

#### Equipe Técnica:

José Cechin - Superintendente Executivo  
Carina Burri Martins - Coordenadora  
Shirlei Freire Cavalcante - Pesquisadora

17,7% da população desocupada.

**Gráfico 3 - Taxa de desemprego (% da PEA)**

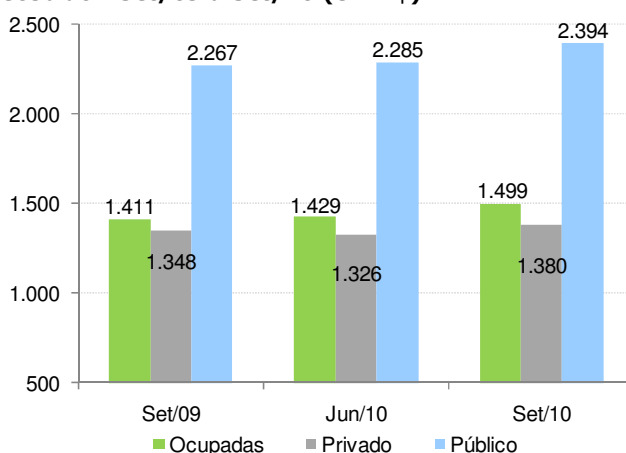


Fonte: PME - IBGE

O aumento da ocupação foi acompanhado de uma ampliação do emprego formal. O crescimento dos empregos com carteira assinada foi superior ao crescimento do total de postos de trabalho (8,3% ante 3,5%) em setembro deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado. Com isso, o emprego com carteira chegou a 51,1% do total da população economicamente ativa nas seis regiões metropolitanas da PME/IBGE (Tabela 2).

No setor público houve aumento de 2,6% em 12 meses, representando 44 mil vagas a mais no período.

**Gráfico 4 - Rendimento real mensal habitualmente recebido - Set/09 a Set/10 (em R\$)**



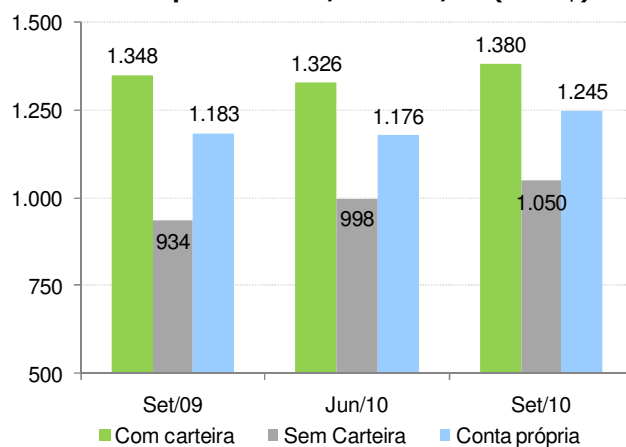
Fonte: PME - IBGE

### 1.3 Renda - PME

O rendimento médio real habitual da população ocupada nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE fechou setembro em R\$ 1.499. Tal valor é superior àquele contabilizado em setembro de 2009 (R\$ 1.411). No 3º Tri/10 houve aumento de 4,9% da renda real recebida pelo trabalhador (Gráfico 4).

No setor privado, os trabalhadores sem carteira assinada tiveram a maior expansão de sua renda real em 12 meses (12,4%), enquanto que a menor se deu na renda dos trabalhadores com carteira assinada (2,4%). No 3º trimestre do ano, os maiores aumentos de renda ocorreram no setor informal da economia, com alta de 5,9% para os trabalhadores por conta própria e 5,2% para os que trabalham sem carteira assinada.

**Gráfico 5 - Rendimento real mensal habitualmente recebido Setor privado - Set/09 a Set/10 (em R\$)**



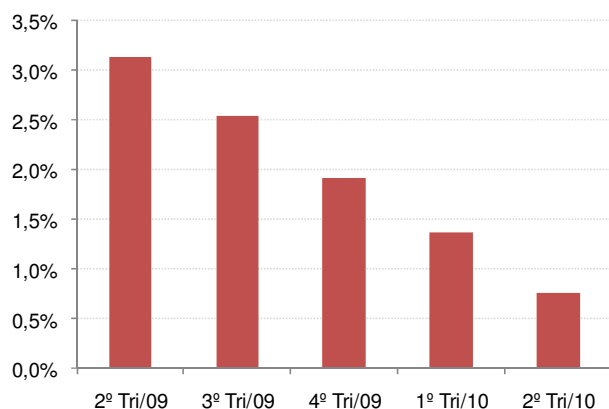
Fonte: PME - IBGE

### 1.4. Consumo

Favorecido pela expansão do mercado de trabalho e pelas melhores condições em adquirir crédito, o consumo das famílias aumentou 6,7% na comparação do 2º Tri/10 com o mesmo período em 2009, de acordo com dados dessazonalizados do IBGE. Entre o 1º e 2º trimestres de 2010, o consumo das famílias registrou desempenho mais discreto, crescendo 0,8%, ante uma elevação de 1,4% no trimestre anterior.

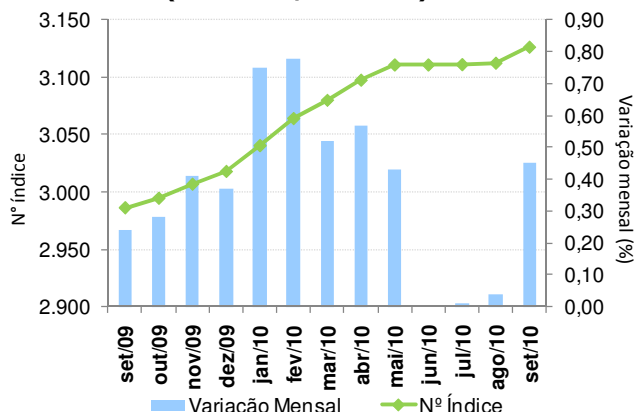
No 1º semestre do ano, o consumo das famílias acumulou alta de 8,0%, reforçando sua

**Gráfico 6 - Variação trimestral da despesa de consumo das famílias 2009 - 2010 (Série com ajuste sazonal - Base: média 1995 = 100)**



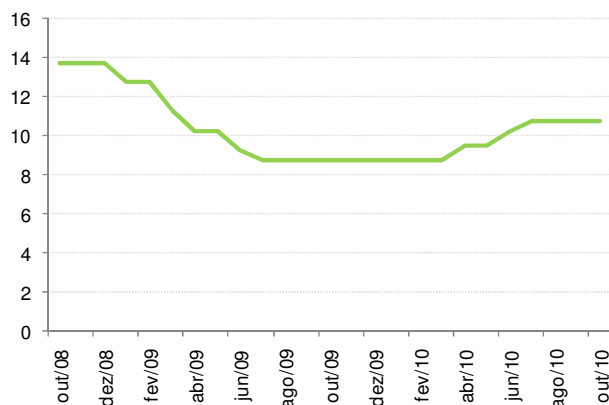
Fonte: Contas Nacionais - IBGE

**Gráfico 7 - IPCA: Variação mensal e índice acumulado em 12 meses (Base: Dez/93 = 100)**



Fonte: IBGE

**Gráfico 8 - Meta Taxa Selic (%) - Out/08 a Out/10**



Fonte: Bacen

importância para a sustentação do processo de crescimento econômico. A trajetória do consumo das famílias no restante do ano deverá seguir sustentada pelos crescimentos da massa salarial e da confiança do consumidor e pelas condições favoráveis do mercado de crédito.

### 1.5 Inflação

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - que leva em consideração a variação nos preços dos bens adquiridos por consumidores com renda entre 1 e 40 salários mínimos - subiu 0,45% em setembro deste ano. Com este resultado, o IPCA interrompeu uma sequência de estabilidade que durou três meses: junho (0,0%), julho (0,01%) e agosto (0,04%). A inflação acumulada no ano chegou a 3,60% e, em 12 meses, passou de 4,49% no mês de agosto para 4,70% em setembro de 2010. Preocupa o aumento do etanol no mês de outubro e a perspectiva da continuidade deste aumento para a manutenção da inflação dentro da meta.

### 1.6 Taxas de Juros

Na última reunião ocorrida no dia 20/Out/10, o Comitê de Política Monetária (Copom), optou pela manutenção da taxa básica de juros do Brasil em 10,75% ao ano. A decisão, tomada por unanimidade, deu sequência à 3ª reunião consecutiva em que a autoridade monetária opta por deixar a Selic neste patamar. Em Ata, o Copom avaliou que a projeção para a inflação irá ficar "ao redor do valor central da meta". A última vez em que houve alteração no nível da Selic ocorreu em julho deste ano, quando houve um aumento de 0,5 ponto percentual.

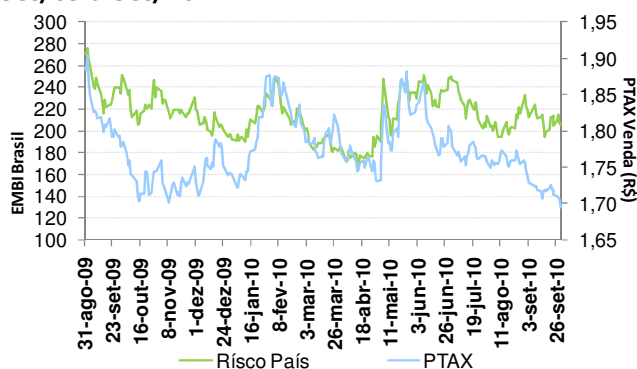
### 1.7 Câmbio

O câmbio, influenciado pela baixa do risco país e pelos altos juros reais que proporcionam maior rentabilidade aos investimentos estrangeiros, vem apresentando tendência de valorização e chegou a R\$ 1,694 em 30/Set/10. Segundo especialistas, essa tendência de valorização do real deverá continuar até o final de 2011.

**Equipe Técnica:**

José Cechin - Superintendente Executivo  
 Carina Burri Martins - Coordenadora  
 Shirlei Freire Cavalcante - Pesquisadora

**Gráfico 9 - Cotação diária PTAX Venda e Embi Brasil - Set/09 a Set/10**



Fonte: J. P. Morgan e Bacen

O real valorizado tem prejudicado a balança comercial, pois o país perde competitividade na exportação e também frente aos importados. O gasto das pessoas com cartão de crédito em viagens internacionais tem batido sucessivos recordes. Está caro consumir no Brasil. Contudo, a desvalorização do dólar ante à moeda brasileira preocupa autoridades políticas e empresas nacionais. Como medida para frear a valorização do real, o governo brasileiro decidiu, pela segunda vez, aumentar o percentual do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para os atuais 6%.

Considerado um dos principais termômetros da confiança dos investidores, o índice Embi+, calculado diariamente pelo J. P. Morgan, fechou em 206 pontos em 30/Set/10, uma queda de 12,0% em doze meses.

### 1.8 Resumo – Cenário macroeconômico

Variável	Jan-Jun 2009	Jan-Jun 2010	Δ% no período	
PIB (R\$ Milhões correntes)	1.496.395	1.727.070	15,42	
Consumo do governo (R\$ Milhões correntes)	298.734	330.345	10,58	
Consumo das famílias (R\$ Milhões correntes)	943.591	1.072.018	13,61	
Emprego e Renda	Set/09	Set/10	Δ%	
			Set-10 Set-09	Set-10 Jun-10
População Ocupada (em mil pessoas)	21.520	22.283	3,5	1,9
Empregados com carteira assinada (em mil pessoas)	10.506	11.380	8,3	2,1
Empregados no setor público (em mil pessoas)	1.687	1.731	2,6	6,5
Renda média real (R\$)	1.411	1.499	6,2	4,9
Setor privado com carteira assinada (R\$)	1.347	1.380	2,4	4,1
Setor público (R\$)	2.267	2.393	5,6	4,7
Inflação	Set/09	Set/10		
IPCA (%) – Variação em 12 meses	4,3	4,7		
IGP-M (%) – Variação em 12 meses	-0,4	7,8		
Juros e Câmbio	Set/09	Set/10	Δ% Em 12 meses	
Taxa de Juros Selic (%)	8,75	10,75	1,0 p.p.	
Câmbio (R\$/US\$) - Último dia do mês	1,778	1,694	-4,7%	

Fonte: IBGE, Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil

**2. Saúde Suplementar em Números**

Os últimos dados disponíveis para o setor de saúde suplementar são os divulgados em setembro de 2010, com data-base junho de 2010, já analisados na 14ª Edição da Nota de Acompanhamento do Caderno de Informação da Saúde Suplementar de setembro de 2010, disponível em <http://www.ies.org.br/Naciss14edset10.pdf>.

Brasil		Assistência Médica							
		Beneficiários	Participação (%)	Variação (%)					
				2° Tri/09	3° Tri/09	4° Tri/09	1° Tri/10	2° Tri/10	12 Meses
<b>Total</b>		44.012.558		0,5	1,6	2,0	2,0	1,9	7,9
<b>Capital</b>		18.502.561	42,0	0,0	1,4	1,8	1,4	1,4	6,0
<b>Região Metropolitana</b>		30.394.137	69,1	0,1	1,7	2,1	2,0	1,8	7,8
<b>Contratação</b>	<b>Individual</b>	9.323.602	21,2	0,1	1,4	0,9	1,1	1,1	4,6
	<b>Coletivo</b>	32.153.589	73,1	0,7	1,7	2,4	2,5	2,4	9,4
	<b>Empresarial</b>	24.930.019	56,6	0,9	1,9	2,8	3,3	3,2	11,8
	<b>Por Adesão</b>	7.173.359	16,3	-0,1	1,1	1,2	-0,3	0,0	2,0
	<b>Não Informado</b>	2.535.367	5,8	-0,6	1,3	1,2	0,1	-1,0	1,6
<b>Época do Contrato</b>	<b>Antigos</b>	9.063.691	20,6	-2,6	-1,6	-0,9	-0,7	-0,9	-4,0
	<b>Novos</b>	34.948.867	79,4	1,4	2,6	2,9	2,8	2,7	11,4
<b>Faixa Etária</b>	<b>0 a 18 anos</b>	10.980.649	24,9	0,4	1,5	2,2	1,8	1,8	7,6
	<b>19 a 58 anos</b>	27.703.325	62,9	0,4	1,7	2,0	2,1	2,1	8,2
	<b>Acima de 59 anos</b>	5.310.984	12,1	0,9	1,6	1,6	1,9	1,5	6,9
<b>Gênero</b>	<b>Masculino</b>	20.651.634	46,9	0,5	1,7	2,1	2,2	2,2	8,4
	<b>Feminino</b>	23.360.924	53,1	0,5	1,5	2,0	1,9	1,7	7,3
<b>Modalidade</b>	<b>Autogestão</b>	5.257.100	11,9	-0,3	0,0	0,3	2,7	0,1	3,1
	<b>Cooperativa</b>	15.641.103	35,5	1,5	2,1	2,4	1,7	2,3	8,9
	<b>Filantropia</b>	1.497.471	3,4	-1,0	2,6	2,0	3,9	3,9	13,0
	<b>Medicina de Grupo</b>	16.301.935	37,0	-0,3	1,9	1,9	1,9	1,7	7,5
	<b>Seguradora</b>	5.314.949	12,1	0,9	1,0	3,0	2,2	2,9	9,3
<b>Segmentação</b>	<b>Referência</b>	6.277.819	14,3	0,4	1,8	1,5	3,8	2,6	10,1
	<b>Hosp. e Amb.</b>	32.385.926	73,6	0,5	1,6	2,1	2,0	2,3	8,2
	<b>Hospitalar</b>	643.611	1,5	0,0	-0,5	0,2	-2,8	-5,8	-8,8
	<b>Ambulatorial</b>	2.212.131	5,0	1,0	2,0	3,8	1,9	1,5	9,4
	<b>Não Informado</b>	2.493.071	5,7	-0,5	1,8	1,3	0,2	-1,0	2,3

Brasil		Odontológico							
		Beneficiários	Participação (%)	Variação (%)					
				2° Tri/09	3° Tri/09	4° Tri/09	1° Tri/10	2° Tri/10	12 Meses
<b>Total</b>		13.649.929		6,0	6,5	6,2	1,8	1,8	17,2
<b>Capital</b>		6.368.735	46,7	6,2	7,5	7,1	2,3	2,1	20,4
<b>Região Metropolitana</b>		10.061.395	73,7	6,5	7,6	7,4	2,5	1,9	20,8
<b>Contratação</b>	<b>Individual</b>	2.163.268	15,8	9,0	12,6	10,9	0,9	1,0	27,2
	<b>Coletivo</b>	11.298.124	82,8	5,6	5,4	5,3	2,0	2,0	15,6
	<b>Empresarial</b>	7.296.699	53,5	4,3	5,8	6,9	4,0	3,5	21,7
	<b>Por Adesão</b>	3.767.649	27,6	8,4	5,3	3,2	-1,5	-0,6	6,4
	<b>Não Informado</b>	188.537	1,4	2,0	4,3	4,2	3,5	-2,6	9,7
<b>Época do Contrato</b>	<b>Antigos</b>	762.900	5,6	-3,4	-4,6	-2,9	0,3	-0,9	-7,9
	<b>Novos</b>	12.887.029	94,4	6,8	7,3	6,8	1,9	2,0	19,1
<b>Faixa Etária</b>	<b>0 a 18 anos</b>	3.008.169	22,0	6,0	6,2	6,3	1,3	1,3	15,9
	<b>19 a 58 anos</b>	10.023.981	73,4	5,9	6,5	6,2	2,0	1,8	17,4
	<b>Acima de 59 anos</b>	613.951	4,5	7,5	7,1	5,9	2,3	3,8	20,5
<b>Gênero</b>	<b>Masculino</b>	6.809.319	49,9	5,8	6,2	6,0	1,9	2,0	17,0
	<b>Feminino</b>	6.840.610	50,1	6,2	6,7	6,3	1,7	1,6	17,3

Fonte: ANS - Tabnet - Pesquisado em 21/Set/10; Elaboração: IESS